

A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS DA EJA EM TURMA ESPECIAL EM TEMPO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes

RESUMO

O presente objetivou *analisar, a partir de estudos e observações, a prática pedagógica do professor da EJA no processo de inclusão escolar*. Como embasamento teórico destacamos Cunha, Góes e Oliveira, dentre outros. O *locus* da pesquisa foi uma escola da rede regular de ensino localizada em um bairro periférico de Belém, Pará. Para coleta dos dados foram utilizados: a observação e a entrevista semi-estruturada. Técnicas da análise de conteúdo foram usadas para a análise dos dados. Entre os resultados destacamos que mesmo em tempos de inclusão encontramos turma de educação especial segregada no ensino regular, sem sala de recursos multifuncionais, há problemas de acessibilidade e a prática docente não atende às necessidades especiais dos educandos nem às especificidades etárias. Contudo, constatou-se que ainda é encontrada a política de integração no interior escolar e nas práticas vivenciadas nesta.

Palavras-chave: Inclusão. Classe Especial. EJA. Rotina Escolar. Formação de Professores.

Introdução

A realidade encontrada foi a de alunos com necessidades especiais na modalidade de EJA em turmas multisseriadas de alfabetização e 1ª etapa, constituídas por classes especiais, mesmo diante de um contexto de debates sobre a inclusão por meio de documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), e do compromisso assumido pelo governo brasileiro com a educação inclusiva. Assim, já tendo passado dez anos de existência desta política, ainda há classes especiais em escolas situadas na capital do Estado do Pará.

Muitos questionamentos foram gerados neste período que nos mobilizou a mudança da temática: é possível falar de inclusão em classe de educação especial? O que a política de inclusão estabelece sobre conceitos e procedimentos para efetivar a inclusão nas escolas? Qual o entendimento que se tem sobre atendimento especializado? O que é necessário na formação do professor para que atue em turmas de educação especial e educação inclusiva? Qual a idade ideal para enturmação de EJA? Por que a existência e a extinção da turma especial (segregada) da EJA no ensino regular?

A intenção é compreender o porquê desta turma especial e como se dá o trabalho cotidiano no interior da escola em um contexto de implantação da política de educação inclusiva no país e especificamente em Belém.

É interessante, também, identificar como os professores compartilham o saber que detém ou adquirem para sua atuação em sala de aula com os alunos com necessidades especiais da modalidade de EJA, por que de acordo com CUNHA (2003) o professor é um profissional que detém saberes de variadas matizes sobre a educação e tem como função principal educar crianças, jovens e adultos. Por isso, o ‘saber profissional’ que orienta a atividade do professor insere-se na multiplicidade própria do trabalho dos profissionais que atuam em diferentes situações e que, portanto, precisam agir de forma diferenciada, mobilizando diferentes teorias, metodologias, habilidades. Dessa forma, o ‘saber profissional’ dos professores é constituído não por um ‘saber específico’, mas por vários ‘saberes’ de

diferentes matizes, de diferentes origens, aí incluídos, também, o ‘saber-fazer’ e o saber da experiência.

Neste trabalho utilizamos a expressão “pessoas com necessidades especiais” por se fazer presente na classe em questão alunos com dificuldades de aprendizagem sem laudos e confirmações de deficiência, além das pessoas com deficiência propriamente ditas.

Classe especial em tempos de inclusão

A educação inclusiva tem sido vista como um processo de democratização no lugar comum que tende a oportunizar o respeito, a ética, a cidadania a pessoa humana, em suma uma educação para todos que respeitem a diferença enquanto alteridade,

a educação inclusiva é entendida como a inclusão de crianças e jovens que apresentam necessidades educativas especiais em classes comuns do ensino regular, com o objetivo de se ter uma educação para todos, uma escola que acolha os diferentes e desenvolva uma prática escolar de convivência com a diversidade e as diferenças culturais e individuais. (OLIVEIRA, 2008, p. 259)

É preciso compreender determinadas ações e políticas que se fazem em nome do processo de inclusão escolar. Para Góes (2008), assim como a educação geral, a educação especial deve envolver o aluno na trama do mundo comum, valorizar seu acesso a diferentes esferas de atividades. Deve ser, enfim, uma educação social, que realmente envolva o aluno na coletividade. Dependendo da qualidade das experiências na vida social, a superação do déficit é um processo que deve ser pensado para qualquer sujeito. A superação do déficit concretiza-se em experiências de formação que visem às funções psíquicas superiores. O trabalho educativo precisa ser orientado para o domínio de atividades culturalmente relevantes, para a elevação dos níveis de generalidade do pensamento e para a capacidade de significar o mundo. Trabalho este que venha a valorizar mais as possibilidades que as dificuldades em si. A questão é saber se essa valorização também se dá na classe especial com jovens e adultos.

O desafio da Educação Inclusiva é educar conjuntamente os alunos *com* ou *sem* necessidades educacionais especiais nas classes de ensino comum, de forma a construir conhecimentos básicos, e assim participarem com igualdade de condições do mundo letrado, dos grupos sociais em que estão inseridos, de modo a se constituírem como indivíduos, e assim poderem compartilhar do social, o modo de viver, de fazer coisas, ou seja, participarem efetivamente da vida social como cidadãos.

No caso deste estudo, percebemos que apesar dos alunos terem condições para serem atendidos em classes regulares foram inseridos em uma turma de classe especial de EJA e não em uma classe comum. Esses alunos são jovens e adultos que cursavam o módulo I, correspondente as 1ª e 2ª série do Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. A extinção da turma gerou um sentimento de frustração frente à realidade encontrada e ainda mais, pela necessária mudança do viés investigativo desta pesquisa. Como cita Gadotti (2006) terminamos o ano frustrados entre o desejo de fazer algo de novo e a sensação de ter perdido a oportunidade para fazê-lo.

Nesse sentido a contradição é parte constitutiva das relações em que construímos. Esta investigação resultou em questões relevantes como o ato de incluir, que deve ser vivenciada por todos os alunos sem distinção, na mesma sala de aula no ensino regular, necessitando para isso que a escola e as políticas permitam o acesso suficiente para que se promulgue o processo inclusivo.

Foi possível presenciar nesta pesquisa um caso complexo que envolvia alunos com necessidades educacionais especiais na modalidade de EJA, em turmas segregadas, que após um ano de pesquisa foram extintas, mas que vivenciavam uma prática de integração.

Observou-se a existente contradição por parte da professora em considerar a turma como inclusiva por se encontrar em escola regular.

Assim, este trabalho teve a intenção de responder o seguinte problema: *como se caracteriza a prática pedagógica do professor da EJA no processo de inclusão escolar?*

Muitos foram os argumentos e destacamos a ausência de práticas e ambientes determinantes a este processo, tais como: a permanência dos alunos com necessidades especiais junto aos alunos considerados normais, e ainda, as atividades previstas em sala de recursos multifuncionais, assim como a ausência dos profissionais que compõe este ambiente.

Além da problemática deste trabalho envolvemos algumas questões norteadoras que nos auxiliaram, são eles:

- ❖ Quais as características da prática pedagógica do professor da EJA em classe especial em tempos de inclusão?
- ❖ Quais as práticas pedagógicas utilizadas nos espaços de socialização da escola entre os alunos?
- ❖ Qual a razão de existir turma especial de educação de jovens e adultos em tempo de política de educação inclusiva?
- ❖ Qual a formação do professor para a prática com jovens e adultos no processo de inclusão escolar?

Metodologia

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e a privilegamos assim por adentrar na complexidade da formação do professor na perspectiva inclusiva, considerando o cotidiano de uma sala de educação especial de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois “os pontos de vista e práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e ambientes sociais a ele relacionados” (FLICK, 2004, p.22)

O *locus* desta pesquisa é uma escola pública situada em bairro periférico da cidade de Belém. Os critérios de escolha desta escola foram: ser no entorno da universidade e possuir modalidades de ensino com perspectiva inclusiva.

Esta escola parecia um excelente campo de pesquisa por trabalhar nas modalidades EJA, Educação Especial, Aceleração, além das turmas regulares, aparentando ter uma visão esclarecida sobre o processo de inclusão. O que nos motivou a torná-la *locus* do estudo.

1.1. Os sujeitos participantes da pesquisa

Foram duas as professoras nas salas de educação especial que participaram como sujeitos da pesquisa. A professora Olga, regente das turmas de educação especial é graduada em Pedagogia e especialista em Psicopedagogia. É formada há 17 anos e atua na sala de aula há 15. E a professora Suely, considerada professora de apoio (na época segundo nos disse não se considerava professora de apoio de fato, porque os alunos estudavam em uma classe especial e não em turma inclusiva) também é graduada em pedagogia. Esta última, não se fez presente por muito tempo porque como era professora temporária foi distratada. Constituíram inicialmente como sujeitos da pesquisa 35 alunos, na faixa etária de 12 a 48 anos, sendo 21 femininos e 14 masculinos.

1.2. As técnicas empregadas na pesquisa.

Ao delimitar a escola procurei contatá-la, e no primeiro momento não foi difícil conversar com a administração. Nesta conversa soube que a escola possui ensino Fundamental e Médio, com as modalidades de Aceleração, EJA, Educação Especial; em seguida fui encaminhada para contato direto com a professora responsável pelas turmas.

Dialogamos com a professora e expus a intenção de pesquisa, a partir de então, iniciamos o processo de observação, e com o passar do tempo e em alguns momentos cheguei a ficar como assistente de sala de aula colaborando com as atividades. Em outro momento,

elaboramos e executamos as oficinas de música, durante as quais percebemos que tínhamos de reformular a pesquisa para atender aos novos (e muitos) questionamentos levantados.

1.2.1.A Observação

Foi iniciada propriamente a pesquisa com a observação em sala de aula. Com esse instrumento de pesquisa fiz o registro da prática pedagógica das professoras, registrados em Diário de Observação. A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou ferramentas que se deseja estudar. É como nos diz Gruzinski (2003), devemos olhar para além do que se vê.

A observação se deu em contato direto com a situação pesquisada durante o período de 17 meses. Era intenção registrar as interações com as professoras e colegas por ocasião da mediação dos conteúdos e assuntos relativos ao dado acontecimento.

A utilização deste recurso propiciou uma melhor compreensão da pesquisa e de seus sujeitos. Muito embora tenha sido com carga horária inferior a esperada, mediante aos muitos imprevistos como a falta de aula por motivo de greve e até o distrato da professora. Mas certamente foi de grande valia para esta pesquisa por apontar indicadores relacionados ao objeto investigado.

No período de observação conversamos com a professora sobre a realização das oficinas de música e, deixamos predefinidas as data de realização, porque nossa intenção era de realizar pelo menos dez oficinas por semestre. Muitas foram às dificuldades.

Apesar de não ter usado os dados da oficina na pesquisa, os momentos de planejamento e de realização das mesmas se constituíram em tempos de observação da rotina das atividades das classes especiais na escola.

1.2.2.A Entrevista

Entre os instrumentos de coleta de dados deste estudo escolhemos, por se tratar de uma investigação qualitativa, a entrevista semi-estruturada, pois parece ser a mais adequada para “[...] recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134). Neste tipo de entrevista o entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem pré-determinada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados.

Em resumo, os critérios para a seleção das professoras foram: a) ter envolvimento educacional, ser uma pessoa que trabalhe na área de Educação especial / Educação Inclusiva; b) ter envolvimento socio educacional, ser uma pessoa que atua como docente da pessoa com necessidades educacionais especiais há algum tempo; e, c) mostrar disponibilidade para a pesquisa.

A entrevista foi realizada na sala dos professores e tinha como objetivo levantar dados sobre os saberes das entrevistadas sobre a inclusão escolar da pessoa jovem e adulta com necessidades educacionais especiais, sobre a prática pedagógica realizada na escola com estes alunos e a formação recebida além de poder expressar sua opinião sobre a relação entre inclusão e a educação especial. Por questões éticas decidi, com os sujeitos, utilizar nomes fictícios. Além disso, o nome da escola onde trabalham recebeu também um nome fictício. As professoras serão chamadas de Olga e Suely.

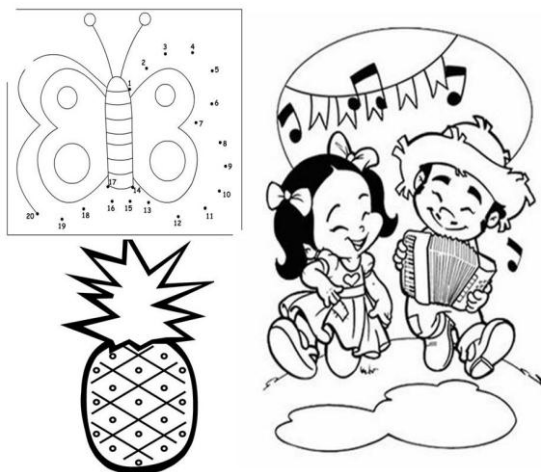
Com os alunos foi aplicado questionário, cujos dados não foram usados na dissertação por estar direcionada às oficinas de música. E o foco foi modificado conforme explicitado na introdução deste trabalho.

Resultados

Pudemos acompanhar esta turma por mais de ano e observamos, principalmente, a provável infantilização dos alunos com necessidades educacionais especiais por parte das práticas cristalizadas da professora regente quer por meio das atividades diárias de classe, quer pelo processo avaliativo. Muito nos surpreendeu a concepção de inclusão vivenciada nesta escola, onde só pelo fato de existir turmas de educação especial (segregada), mas dentro da estrutura escolar de ensino regular é fortemente defendido como processo inclusivo. Certamente não é lógica, nem óbvia a existência das turmas de educação especial em tempos de inclusão como a que estamos vivenciando em todo o território nacional, assim como sua extinção sem aviso prévio, sem conscientização de seu processo, devolvendo-os à APAE. Visualizamos resquícios da política de integração quer em seu sentido real ou em versão aprimorada. Ressaltamos a condição da professora regente que mesmo com sua formação em graduação específica para o ensino não adquiriu bases necessárias para sua atuação, onde a mesma considera que seus saberes foram melhor apreendidos na pós-graduação *lato sensu*, unidos aos seus saberes do senso comum aplicados em sala de aula. Muito embora a professora nos afirme que há formação continuada viabilizada pela Secretaria de Educação, não presenciamos tal condição.

Enfim, neste trabalho foram visualizadas como resultados as circunstâncias do cotidiano escolar assim como sua cultura e questões relativas à:

- **Colorimetria:** compreendemos que o ambiente agradável, quer de suas relações interpessoais, quer de sua estrutura física como o caso das cores das paredes e mobiliário, propicia um melhor acolhimento e permanência na sala de aula e assim, torna-se contributivo para o processo de ensino-aprendizagem.
- **Barreiras arquitetônicas:** estas barreiras encontradas na escola *locus* dificultam a locomoção, a interação entre os alunos nos corredores e aos demais espaços da escola, assim como a presença de alunos em potencial com condições físicas limitadas como o caso dos cadeirantes.
- **Sala de recursos multifuncional:** há ausência de recursos, materiais e profissionais para a devida atuação neste espaço. Há também, a meu ver, ausência de informações e esclarecimentos quanto à postura da escola e de seus profissionais junto à política de inclusão. Este espaço, se bem aplicado, propicia a transposição de limites e superações das pessoas com necessidades educacionais especiais.
- **A enturmação:** infelizmente, presenciamos as atividades dos alunos com necessidades educacionais especiais em turma de educação especial segregada e não junto aos alunos considerados normais contrariando o proposto nas políticas de inclusão.
- **Infantilização:** durante o período em que estivemos na escola *locus* presenciamos aquilo que se pode chamar de infantilização aparente e objetivada pela professora, tanto em palavras quanto em gestos e atividades pedagógicas. Compreendemos que não podemos manter o aluno com necessidades educacionais especiais na limitação da deficiência, ao contrário, é necessário propiciar atividades para “além de”, para além das deficiências e limitações. Exemplo de atividade avaliativa de artes para alfabetização e 1ª etapa :



- **Instrumento Avaliativo:** as fases do processo escolar são importantes para a consolidação da autonomia do aluno e, de maneira alguma deve ser desprezado ou ignorado. Não compreendemos a fala da profª regente quando nos diz “é só pra constar!”, como vimos no período avaliativo. Esta atitude nos gera uma sensação de descompromisso educativo e social com estes alunos com necessidades educacionais especiais da modalidade de EJA que já carregam consegue um estigma fortemente instaurado.
- **O espaço, não priorizado, do recreio:** em meio às observações e diálogos presenciamos que na maioria dos dias letivos os alunos não saiam da sala de aula para usufruir do horário do recreio. Assim como não havia na escola momentos compartilhados e com atividades entre os alunos, nem tão pouco entre os alunos e professores. Talvez para este espaço do recreio pudesse haver atividades focadas que propiciassem o processo inclusivo rompendo, assim, as muralhas da exclusão.
- **A discussão sobre política de integração, política de inclusão e classe especial:** esta discussão foi realizada a fim de dialogar com os autores e legislação vigente. Embora a discussão se demonstre repetitiva, na verdade não o é, se faz necessário para que consigamos romper com a integração e, investir dignamente na inclusão como proposta efetiva da “educação democrática”.
- **A formação docente e a transversalidade ética, além de sua precarização:** ressaltamos a importância da formação docente para compreensão de suas práticas e saberes em seus diversos contextos. Lembramos que a ética deveria perpassar diariamente em nossas ações e pensamentos, tanto por nossos direitos quanto por deveres. O que esperar dos governantes? A ética também deveria permear estes ambientes para bem lembrá-los da ausência da qualidade no ambiente do trabalho docente e do não-reconhecimento moral e social da profissão, isso sem questionar o piso salarial, o que vem contribuindo para a precarização. É necessário um mover conjunto na classe docente e em todas as instâncias para alertar e reivindicar os direitos que nos cabe.

Considerações Finais

Assim, muitos foram os pontos de complexidade e este desafio nos atraiu e motivou para a realização deste trabalho. Hoje posso visualizar junto aos professores e demais partícipes sua discussão crítica amparada em seus autores diversos que nos propiciou conhecimento e lucidez.

Sobre a EJA enfatizo a necessidade da valorização das práticas com este público, o respeito ao ser “aluno” frequentador da EJA. Há a necessidade de se publicar mais trabalhos sobre estes que de maneira muito singular deixam sua marca no processo educacional. A EJA

isoladamente já seria deveras enriquecedora e ainda, quando adicionado a estes a condição de ser com necessidades educacionais especiais cresce de maneira corroborativa o olhar junto às políticas de inclusão.

Certamente não podemos nos esquecer do ser “professor” junto às suas práticas no cotidiano escolar. É necessária a formação comprometida deste profissional de maneira individual e/ou coletiva haja vista a especificidade que esta modalidade contempla. As políticas educacionais contemplam esta modalidade, porém, necessitamos visualizar mais sua efetivação.

Reconhecemos que atuar na escola em dias atuais não é tarefa simples; é complexo, requer dedicação, comprometimento, responsabilidade, reconhecimento profissional e, formação adequada para a realidade de ensino. As mudanças provocadas pelas políticas educacionais e sociais interpelam a cultura escolar e é necessário reconhecê-los como fontes fundamentais de transformação da realidade vigente.

Compartilhar esta experiência a partir deste dado real e subjetivo é de meu interesse, porque sabemos que fórmulas prontas e efetivas não existem, mas esperamos contemplar a inclusão escolar e inquietar a professores e pesquisadores outros a vivenciar esta luta. Compreendemos que o processo de inclusão está legalmente reconhecido, mas para que a inclusão seja efetivada nas escolas o professor precisa querer ser professor inclusivo e ser parte ativa deste processo. Assim como este desejo deve envolver a escola e a comunidade em geral. Por isso, compreendemos que nossos pensamentos refletem em nossas ações. E que mudar o pensamento é necessário para nos permitir ser participante/atuante do processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria dos e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro. *Práticas avaliativas bem sucedidas de professoras dos ciclos de formação da Escola Cabana de Belém*. 2003. 244f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. Disponível em: <<http://lerparaver.com/legislacao/internacioanl-salamanca.html>> . Acesso em: fev. 2010.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. As Contribuições da Abordagem histórico-cultural para a pesquisa em educação especial. In: Baptista, C.; Caiado, Katia Regina Moreno et al. **Educação Especial**: diálogos e pluralidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OLIVEIRA I.A. História, Arte, Educação: a importância da arte na educação inclusiva. In: Baptista, C.; Caiado, Katia Regina Moreno et al. **Educação Especial**: diálogos e pluralidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.